

**SANTANA, Maria Olinda Rodrigues e Mário José da Silva MINEIRO (2006). *Documentação dionisina do concelho de Vila Pouca de Aguiar. Edição, contextualização histórico-geográfica e estudo vocabular*. Lisboa: Edições Colibri (Estudos e ensaios; 2). 88 pp. ISBN 972-772-609-7.**

*Documentação dionisina do concelho de Vila Pouca de Aguiar. Edição, contextualização histórico-geográfica e estudo vocabular* é o título de um pequeno volume de oitenta e oito páginas da autoria de Maria Olinda Rodrigues Santana, Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e Mário José da Silva Mineiro, Mestre em Cultura Portuguesa e Investigador do Centro de Estudos em Letras da UTAD, publicado em Lisboa, pelas Edições Colibri, em 2006. Trata-se de uma edição interpretativa de um *corpus* de nove documentos foraleiros medievais outorgados pelo rei Dinis ao concelho de Vila Pouca de Aguiar (dist. de Vila Real), entre 1286 e 1304, integrando mais concretamente os textos dos aforamentos colectivos de Calvos (1286), Soutelinho (1286), Freixeda (1286), Gralheira (1286), Vila do Conde de Aguiar de Pena (1286), Tinhela (1288) e Valoura (1290), bem como os textos da carta de doação da Terra de Jales a Maria Afonso (1304) e a carta de foro de Jales (1304), hoje conservados nos AN/TT (Chancelaria de Dinis, Livros I, III e IV), e recentemente publicados pelo segundo signatário do volume, em edição paleográfica, na Dissertação apresentada à UTAD, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Cultura Portuguesa, em 2004.

Embora concebido com o objectivo de alargar a recepção pública destes nove textos a um círculo mais amplo do que os grupos constituídos por especialistas em temáticas medievais, este volume integra vários estudos relacionados com as circunstâncias da concessão deste *corpus* de documentos ao mencionado concelho entre os finais do século XIII e os inícios do XIV, perseguindo, segundo as palavras dos autores, cinco objectivos: «inventariar as fontes foraleiras outorgadas por D. Dinis ao actual concelho de Vila Pouca de Aguiar»; «fazer uma edição interpretativa dos documentos, facultando a leitura dos mesmos a um público alargado»; «contextualizar geograficamente as localidades a quem (*sic*) o monarca outorgou os documentos»; «debuxar uma resenha histórica do reinado de D. Dinis, destacando a sua política de repovoamento relativamente às localidades em estudo»; e «estudar o conteúdo de cada

documento tentando descortinar as realidades políticas, sociais e económicas de cada localidade» (p. 10).

O volume foi dividido em cinco capítulos – «Edição», «Contextualização geográfica», «Contextualização histórica», «A terra e o homem» e «Breve análise vocabular» –, procurando dar vazão aos objectivos acima propostos, complementados por nove mapas relativos às localidades em epígrafe, uma representação esquemática da estrutura de um documento foraleiro dionisino, dois gráficos e três anexos relacionados com metodologias de análise lexical dos textos. A relação de fontes e de estudos utilizados faculta ao leitor interessado o aprofundamento das problemáticas abordadas ao longo do volume.

Trata-se, por conseguinte, de um volume que se enquadra no âmbito dos estudos de história local e regional, e que, por este motivo, tem o mérito de pôr à disposição de todos os interessados uma parte do património histórico ainda hoje de difícil acesso para quem vive e trabalha nas regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro. Não obstante, a forma como os textos foram tratados e apresentados parece-nos demasiado técnica, tendo em conta o público-alvo a que, segundo referem os autores, o volume se destina. Com efeito, os textos foram tratados e apresentados com grande rigor e precisão, nomeadamente ao nível da leitura paleográfica, mas segundo metodologias que são aplicadas em meios universitários – para o público-alvo, talvez seja de pouco interesse tecer considerações pormenorizadas sobre os critérios de leitura propostos por Avelino de Jesus da Costa, Eduardo Borges Nunes ou António Henrique de Albuquerque Emiliano, nomeadamente quando se descrevem as características dos vários tipos de edição possíveis do programa de leitura adoptado pelos autores –, que, como é evidente, interessam pouco ao público-alvo considerado, tal como pouco interessam as observações que fazem sobre estatísticas de análise lexical.

Tendo em conta aquilo que se nos é apresentado – que, convém sublinhá-lo, é feito com objectividade e densidade –, diríamos que se trata de um volume direccionado para grupos de especialistas, até porque as considerações introdutórias que se tecem sobre a história e a historiografia diplomáticas estão muito longe de constituir a síntese mais clara que se desejaria para um público interessado em conhecer apenas as circunstâncias do povoamento medieval da sua região, base da formação da rede concelhia que ainda hoje perdura, com naturais alterações, numa zona cada vez mais desertificada do País. Tal abordagem é-nos proporcionada pelos capítulos que se seguem à leitura paleográfica dos textos, escritos de maneira bem mais fluente, e, consequentemente,

reduzindo todo um conjunto de informações de cunho mais erudito a sínteses acessíveis sobre a história de cada localidade, construídas com base nas informações proporcionadas pela análise dos respectivos textos, e não como resultado de investigações aprofundadas sobre cada uma. É, pois, a partir destes capítulos que o público-alvo poderá ficar a par do que a outorga dos documentos foraleiros dionisinos implicava nas vivências quotidianas de cada localidade, porque, a bem dizer, é aqui que os autores do volume demonstram – em nosso entender, correctamente – que as funções do historiador não podem limitar-se à análise do documento pelo documento: antes devem ter como marco de referência o homem, bem como as circunstâncias históricas que com ele se relacionam.

**MÁRIO DE GOUVEIA**